



OFÍCIO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

15/12/2025

Assunto: Solicitação de vistas aos fatos científicos relatados referente aos agrotóxicos glifosato, atrazina e alacloro e pedido de providências

Prezados/as

Sr. Leandro Pinheiro Safatle
Diretor-Presidente

Sra. Daniela Marreco Cerqueira
Diretora da Terceira Diretoria

Sra. Cassia de Fatima Rangel Fernandes
Gerente-Geral da Gerência-Geral de Toxicologia (GGTOX)

Sra. Maria Augusta Carvalho Rodrigues
Coordenadora da Coordenação de Reavaliação (Creav)

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, juntamente com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), e com o Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), vêm por meio deste ofício relatar fatos científicos relevantes referentes aos agrotóxicos glifosato, atrazina, e alacloro e pedir providências.

Considerando que o artigo dos autores Williams, G.M., Kroes, R. e Munro, I.C. denominado *Safety evaluation and risk assessment of the herbicide Roundup and its active ingredient, glyphosate, for humans*, publicado na revista Regulatory Toxicology and Pharmacology vol.31, 2 117-165, no ano de 2000, foi retratado pela revista no dia 3 de dezembro de 2025¹;

Considerando que descobriu-se que o artigo apresenta problemas críticos de conflito de interesses, uma vez que os autores indicados não eram os únicos responsáveis pela escrita - que contou com o envolvimento de funcionários da Monsanto, então fabricante do glifosato, tendo a revista alegado comprometimento de sua independência editorial²;

¹ Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0273230099913715>>

² Reportagem do jornal britânico The Guardian descreve documentos que demonstram a interferência da indústria na elaboração do artigo. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2025/dec/05/monsanto-roundup-safety-study-retracted>>

Considerando, ainda, que as conclusões do artigo sobre a carcinogenicidade do glifosato são baseadas exclusivamente em estudos da Monsanto não publicados, tendo ignorado outros estudos de longo termo que já haviam sido publicados na época da revisão;

Considerando que o próprio editor-chefe da Regulatory Toxicology and Pharmacology, Martin van den Berg, declarou que:

“(…) a falta de clareza sobre quais partes do artigo foram de autoria dos funcionários da Monsanto cria **incerteza sobre a integridade das conclusões tiradas. Especificamente, o artigo afirma a ausência de carcinogenicidade associada ao glifosato** ou à sua formulação técnica, Roundup. **Não está claro quanto das conclusões dos autores foram influenciadas por contribuições externas da Monsanto** sem os devidos reconhecimentos” (grifo não original em tradução livre)

Considerando que a própria revista reconhece que esse artigo teve significativa influência em decisões regulatórias, sendo considerado um marco na avaliação de segurança do glifosato, decidindo então retirar sua publicação;

Considerando que, no Brasil, a reavaliação toxicológica do ingrediente ativo (IA) de agrotóxico glifosato, conduzida por esta Agência, foi instituída por meio da [Resolução da Diretoria Colegiada \(RDC\) nº 10, de 22 de fevereiro de 2008](#), diante de sua larga utilização no país e dos relatos de casos de intoxicação ocupacional e acidental;

Considerando que, em 2016, a Anvisa contratou uma consultoria externa para elaborar parecer técnico de reavaliação do glifosato (Ingrediente Ativo) quanto ao seu potencial cancerígeno em humano, que concluiu que “a evidência para uma associação entre as formulações à base de glifosato e não-Hodgkin linfoma é muito limitada, e a evidência geral é inconclusiva para uma relação associativa causal ou de outra forma convincente entre glifosato e carcinoma em estudos humanos” e propôs a “manutenção do registro sem alterações com relação ao seu potencial cancerígeno (não carcinogênico para humanos)”³;

Considerando que este parecer técnico, elaborado pela consultoria, faz referências ao artigo que foi objeto de retratação pela Regulatory Toxicology and Pharmacology;

Considerando que durante a Consulta pública de reavaliação do glifosato, a Abrasco aportou o Parecer Técnico sobre reavaliação do glifosato⁴, alertando sobre a fragilidade técnica dos estudos considerados na conclusão, os conflitos de interesse e a influência da Monsanto na produção de estudos e nas decisões das autoridades regulatórias internacionais;

³ Disponível em:

<<https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/5344168/9.+PTR+carcino+consultor+externo.pdf/51ac0113-327e-4a04-abdf-61bd52122bb6?version=2.0>>

⁴ Disponível em:

<<https://abrasco.org.br/nota-tecnica-sobre-processo-de-reavaliacao-do-ingrediente-ativo-de-agrotoxico-o-glifosato-utilizado-na-agricultura-e-como-produto-domissanitario/>>

Considerando que o referido artigo também subsidiou a elaboração da [Nota Técnica nº 12/2020/SEI/CREAV/GEMAR/GGTOX/DIRE3/ANVISA](#), que apresenta as conclusões da reavaliação do glifosato após a consolidação das contribuições da [Consulta Pública nº 613, de 28 de fevereiro de 2019](#) e as recomendações para proposição de Resolução da Diretoria Colegiada (RDC);

Considerando, então, que a [RDC nº 441, de 2 de dezembro de 2020](#), estabeleceu a manutenção do glifosato, sem alterações na monografia do ingrediente ativo com relação ao seu potencial cancerígeno;

Considerando que a revista The Lancet Oncology publicou no dia 21 de novembro de 2025⁵ o resultado da reunião da International Agency for Research on Cancer (IARC), que classificou a atrazina e o alacloro como “prováveis carcinogênicos para humanos” (Grupo 2A);

Considerando ainda que, segundo o Ibama, foram vendidas 22.765,17 toneladas de atrazina no Brasil, sendo este o sexto agrotóxicos mais vendido no Brasil;

Considerando, por fim, que, nos termos do art. 2º da [RDC nº 221, de 28 de março de 2018](#), o ingrediente ativo de agrotóxico que apresentar indícios de alteração dos riscos à saúde humana pode ser reavaliado a qualquer tempo;

Solicitamos à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que, à luz destes fatos relevantes:

- reconsidere os resultados da reavaliação do realizada e proceda nova reavaliação do glifosato, com a garantia da participação e controle social e da participação de instituições técnico-científicas de referência na saúde e da pesquisa em câncer. Solicitamos ainda, a suspensão temporária do registro do glifosato enquanto durar o processo de reavaliação, de modo a respeitar o princípio da precaução e resguardar a saúde da população brasileira;
- realize a reavaliação da atrazina e do alacloro, com a garantia da participação e controle social e da participação de instituições técnico-científicas de referência na saúde e da pesquisa em câncer. Solicitamos ainda, a suspensão temporária do registro da atrazina e do alacloro enquanto durar o processo de reavaliação, de modo a respeitar o princípio da precaução e resguardar a saúde da população brasileira.

⁵ Disponível em:

<[https://www.thelancet.com/journals/lanonc/article/PIIS1470-2045\(25\)00702-8/abstract](https://www.thelancet.com/journals/lanonc/article/PIIS1470-2045(25)00702-8/abstract)>

Colocamo-nos à disposição desta Agência para participar de discussões técnicas sobre o tema.

Certos de sua atenção, aguardamos os esclarecimentos solicitados.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente
JAKELINE CRISTIANE FURQUIM PIVATO
Data: 15/12/2025 16:16:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jakeline Pivato
Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

Assinado por:

Rômulo Paes De Sousa

A36FC021645C412...

Rômulo Paes de Sousa

Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco

**TAMARA CORREIA
DE ANDRADE**

Assinado de forma digital por
TAMARA CORREIA DE ANDRADE
Dados: 2025.12.15 16:38:54
-03'00'

Tamara Correia de Andrade
Instituto de Defesa de Consumidores - Idec